



Audição Parlamentar sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013

Intervenção: **O IMPACTO PARA PORTUGAL DO PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA**

(Só o texto pronunciado faz fé)

Senhor Vice Presidente da Assembleia da República,
Senhor Vice Presidente da Comissão Europeia,
Senhora Presidente da Assembleia regional dos Açores,
Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,
Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu,
Senhoras e Senhores Deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira,
Senhor Embaixador,
Minhas senhoras e meus senhores,

1. Quero começar por agradecer o convite da Comissão de Assuntos Europeus para estar presente nesta audição.
2. E quero também agradecer as palavras do Vice-Presidente Tajani, que são uma boa demonstração da vontade e da capacidade da Comissão em responder aos desafios que a Europa e os seus cidadãos enfrentam, em especial promover o regresso da União ao crescimento sustentável e à criação de empregos.
3. Precisamos, hoje mais do que nunca, de nos apoiar no método comunitário assente no papel primordial da Comissão Europeia, enquanto motor do projeto europeu e garante da aplicação dos Tratados.

4. A atual crise coloca-nos numa circunstância muito particular na história da União Europeia em que precisamos de conjugar medidas de urgência, de curto-prazo, com medidas destinadas a aperfeiçoar várias estruturas centrais da União, como a União Económica e Monetária. E tudo isto sem perder de vista uma reflexão de maior alcance sobre o futuro da União.
5. As interrogações que por vezes impendem sobre o projeto europeu são uma tendência recorrente da própria história da integração europeia. É curioso verificar que a períodos de crise ou de alguma descrença se seguem normalmente outros de maior dinamismo e aprofundamento.
6. Não posso por isso deixar de compartilhar os domínios estratégicos do Programa de Trabalhos da Comissão Europeia para 2013, destacando a prioridade que é dada à construção de uma verdadeira União Económica e Monetária.
7. A Europa está a atravessar um período de fortes tensões. A crise em torno das dívidas soberanas e as fragilidades do sector financeiro, associadas à persistência de um fraco crescimento e aos desequilíbrios macroeconómicos, estão a atrasar a recuperação da economia e a criar riscos para a estabilidade da União Económica e Monetária.
8. A defesa do Euro faz parte da defesa da Europa e isso implica um justo equilíbrio entre a responsabilidade e a solidariedade, e ajuda a devolver a confiança.

9. É essa confiança que se quer ver restabelecida. Nós estamos a fazer o nosso trabalho cumprindo o Programa de ajustamento em Portugal. Temos a legítima expectativa que a Europa continue a fazer a sua parte.
10. Para que Portugal atinja os seus objetivos, importa termos noção da evolução da situação económica europeia.
11. Recordo que 70 por cento das nossas exportações são para a União, pelo que as recentes previsões da Comissão Europeia que indicam uma redução do crescimento económico na União, irão implicar maiores dificuldades para o nosso Programa de Ajustamento e poderão exigir um diferente planeamento das metas a atingir.
12. Chamo ainda a atenção para o recente retorno de Portugal aos mercados financeiros:
 - Em outubro do ano passado a República trocou 3,7 mil milhões de euros de obrigações de 2013 por títulos que vencerão em 2015, reduzindo-se a pressão de refinanciamento neste ano;
 - E, em janeiro deste ano, pela primeira vez desde fevereiro de 2011, Portugal colocou 2,5 mil milhões de euros de obrigações a 5 anos, cuja procura excedeu 12 mil milhões de euros e que tiveram forte interesse de investidores internacionais.
13. Importa agora rever as maturidades da dívida associada ao Programa de Ajustamento, o que Portugal já pediu, e que está a ser analisado pelas instituições europeias.

14. O recente relatório dos quatro presidentes e o *Blueprint* da Comissão propõem medidas de gestão da crise mas também propostas de longo-prazo sobre o modelo institucional e político da União.
15. Mas é preciso também reconhecer a dimensão e a ambição das medidas que já foram tomadas com o objetivo de reforçar a arquitetura da união económica e monetária:
 - Em primeiro lugar, a criação de mecanismos de gestão de crise;
 - Em segundo lugar, o reforço da disciplina orçamental;
 - Em terceiro lugar, os avanços na União Bancária;
 - E, finalmente, em quarto lugar, o reforço da coordenação das políticas económicas;
16. No que diz respeito a gestão de crises, o Mecanismo Europeu de Estabilidade entrou em vigor em outubro de 2012 e é hoje a instituição financeira internacional mais capitalizada do mundo e o maior instrumento regional de proteção financeira.
17. Foram ainda reforçadas muito substancialmente as regras de disciplina orçamental. Com o *six-pack*, o Tratado Orçamental e, agora, com o *two-pack*, passaremos a dispor de um sólido enquadramento normativo consentâneo com o grau de interdependência assumido numa união monetária.
18. É importante recordarmos o nível de integração que estes novos instrumentos vêm trazer:

- O *six-pack* atua nas vertentes preventiva e corretiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento, reforçando e simplificando o processo de monitorização e alerta precoce sobre os indicadores macro-económicos;
- O Tratado Orçamental prevê a adoção pelos países europeus da chamada regra de ouro, que já foi aprovado em Portugal.
- O *two-pack*, que foi objeto de acordo muito recentemente, antecipa o reforço da coordenação das políticas orçamentais dos Estados-Membros.

19. Relativamente à União Bancária, demos os primeiros passos quanto à necessidade de quebrar o círculo vicioso entre soberanos e bancos, tendo sido acordado um mecanismo único de supervisão bancária que abrangerá os principais bancos portugueses.
20. No que diz respeito à coordenação das políticas económicas, o Semestre Europeu – lançado este ano pela terceira vez - é o principal meio ao dispor da União. A análise detalhada e em conjunto dos programas de reformas de todos os Estados-membros permitirá que os esforços individuais tenham o impacto almejado.
21. As conclusões do Conselho Europeu de dezembro preveem maiores avanços, nomeadamente através de acordos de natureza contratual entre os Estados-Membros e a União e da inclusão de uma dimensão social na coordenação das políticas económicas.

22. É pois determinante procurar garantir a coesão e a possibilidade de progresso social através de uma ação europeia determinada para combater o desemprego, a pobreza e a exclusão. Saúdo, neste particular, o acordo político alcançado pelo Conselho no passado dia 28 de fevereiro sobre a “Garantia Jovem” que a Comissão havia apresentado no final do ano passado.
23. Permitam-me uma referência particular ao Quadro Financeiro Plurianual.
24. Na situação do país - não é demais sublinhar – os Fundos Europeus são e continuarão a ser o pilar de investimento público do nosso ajustamento estrutural, mesmo depois de terminado o Programa de Ajustamento.
25. O acordo político sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 que foi alcançado por unanimidade no Conselho Europeu de 8 de fevereiro, é especialmente importante por ter preservado, numa conjuntura muito difícil, sectores decisivos para Portugal como são a Coesão e a Agricultura.
26. E foi possível chegar a acordo não obstante as posições de partida muito divergentes e aparentemente irreconciliáveis. O acordo tem agora que ser aprovado pelo Parlamento Europeu, e esperamos que seja possível um compromisso sólido entre as duas instituições neste primeiro semestre do ano.
27. E um compromisso sólido, por razões igualmente sólidas:

— Primeiro, porque representa um consenso unânime dos 27 Governos;

- Segundo, porque o resultado para Portugal ficou acima da proposta da Comissão que o governo português apoiou desde o início como sendo uma base equilibrada de negociação, tendo em conta o período de austeridade que estamos a viver;
- Depois, porque o acordo é conseguido numa altura em que alguns Estados-Membros estão mais reticentes quanto à transferência de poderes para as instituições europeias, alguns deles querendo mesmo um retrocesso nesse processo;
- Em quarto lugar, e como já referi, porque o compromisso do Conselho Europeu acabou por preservar áreas como a Coesão e a Agricultura que, apesar de serem consideradas por muitos como políticas menos modernas, são condições fundamentais para a coesão, o crescimento e mesmo a competitividade da maioria das economias dos 27;
- E, por fim, o compromisso obtido pelo Conselho Europeu é particularmente importante na medida em que cria condições para uma melhor aplicação dos fundos, nomeadamente com taxas de cofinanciamento majoradas e mesmo a manutenção do mecanismo de *top-up* para os países com Programa de Ajustamento.

28. Para Portugal, a fase de negociação do Quadro Financeiro Plurianual com o Parlamento Europeu é também muito relevante. Estamos em crer haver margem para, por exemplo:

- Serem aumentados os níveis máximos de cofinanciamento do Desenvolvimento Rural, harmonizando-os com a Política de Coesão, ou seja, 85% para as regiões menos desenvolvidas, para o Fundo de Coesão e para as Regiões Ultraperiféricas;
 - Para rever ainda a elegibilidade na Cooperação Transfronteiriça, eliminando o limite territorial de 150 km para as bacias marítimas, o que permite beneficiar as nossas regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira.
 - Para, por exemplo, assegurar a articulação entre as sanções da condicionalidade macroeconómica e as previstas no âmbito do six-pack;
 - E, no Programa de ajuda alimentar aos mais carenciados, continuamos a considerar fundamental que um instrumento desta natureza seja isento de financiamento nacional.
29. Do programa de trabalhos da Comissão Europeia para 2013 fazem também parte os mandatos para as negociações, por país, dos Acordos de Parceria no contexto dos Fundos Europeus 2014-2020.
30. O Governo definiu prioridades e criou uma estrutura que está a preparar a negociação do Acordo de Parceria com a Comissão Europeia. Quero aliás aproveitar esta oportunidade para anunciar que no próximo dia 20 de março voltarei a esta Assembleia para expor e debater este assunto com os Senhores Deputados.

31. Quero agora abordar a segunda prioridade do programa de trabalhos da Comissão Europeia: fomentar a competitividade através do mercado único e da política industrial.
32. Recordo que em 2012 as exportações portuguesas cresceram 5.8% e que o crescimento para países fora da União Europeia foi de 19.8%. Estamos a mudar e a diversificar o nosso perfil exportador.
33. Entre 2011 e 2012 a quota de exportações para países terceiros aumentou de 25% para quase 30%. E 2012 foi também o ano em que consolidámos um novo modelo de diplomacia: um modelo assente na unificação das redes externas, diplomática e económica, colocando as Embaixadas ao serviço das empresas.
34. Precisamos de desenvolver a base industrial da Europa. É reconhecida a importância de que se reveste a competitividade industrial da União e a sua liderança a nível mundial em muitos setores, bem como o contributo que pode dar para a saída da crise económica.
35. A indústria tem que desempenhar um papel importante no crescimento económico da União e acompanhar o ritmo dos principais concorrentes a nível internacional.
36. Precisamos também de contar com o pleno funcionamento do nosso Mercado Interno, apostar na rápida adoção e concretização das medidas previstas nos Atos para o Mercado Único I e II.

37. O bom funcionamento do Mercado Único pressupõe também uma correta e atempada aplicação da legislação comunitária. A Comissão Europeia aplica um controlo rigoroso através do Painel de Avaliação do Mercado Interno, o *Scoreboard*.
38. A última edição do *Scoreboard*, com dados referentes a Novembro 2012, mostra que a maioria dos Estados-Membros já cumpre a meta definida ao nível da União, ou seja, 1% de défice na transposição das 1400 Diretivas aprovadas.
39. Portugal, que já registou uma clara melhoria passando de um défice de 1,4% para 1,1%, tendo transposto 94 Diretivas ao longo de 2012, vai continuar a reforçar os mecanismos necessários para atingir aquela meta.
40. O aprofundamento do Mercado Único requer redes integradas de âmbito verdadeiramente europeu, seja na energia, seja nas telecomunicações ou seja nos transportes.
41. Para a economia portuguesa é especialmente importante ultrapassar os bloqueios atuais que transformam na prática a Península Ibérica numa “quase ilha energética” e impedem o fluxo normal das exportações nacionais para o conjunto do Mercado Único.
42. Queria terminar, destacando a prioridade que a Comissão Europeia atribui à Política Comercial e à sua mais-valia para o crescimento e a competitividade.

43. O comércio livre, aberto e justo deve assentar em benefícios mútuos e em regras globais e recíprocas.
44. Para Portugal são prioritárias, nesta fase, as negociações com os Estados Unidos da América e com o Japão. Neste quadro, são especialmente relevantes o investimento, a eliminação das barreiras ao comércio e a convergência regulamentar, sem redução dos “standards” comunitários.
45. Com todos – incluindo as economias emergentes – com especial destaque para os países do Mercosul, precisamos de acordos ambiciosos, abrangentes e equilibrados, repartindo benefícios por todos os Estados-Membros e acautelando determinadas áreas ou sectores específicos.
46. Portugal vê também com grande interesse a preparação da negociação de acordos de comércio livre aprofundados e abrangentes com países da vizinhança sul, como sejam Marrocos, a Tunísia ou a Jordânia.
47. A concorrência transparente e equitativa é um princípio que devemos prosseguir com vigor nas negociações e, depois, na aplicação dos acordos.
48. A verificação de condições de concorrência justa, que se procura também através dos Instrumentos de Defesa Comercial reveste, para as empresas da União e, concretamente para as empresas portuguesas, uma importância determinante, ao garantir que operam num ambiente de negócios equitativo.

49. Senhor Vice Presidente Tajani, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores,

50. O Programa de Trabalhos da Comissão Europeia merece o apoio do Governo Português. É um programa que além de inequivocamente procurar responder aos desafios do presente – e do momento atual em particular - procura também consolidar os fundamentos da União num projeto permanente de construção e de partilha.

A União Económica e Monetária, o mercado interno, a política comercial, o uso eficiente dos recursos e uma Europa mais segura são fundamentos para uma Europa dos cidadãos, uma Europa onde o crescimento e o emprego possam ser retomados de forma sustentada.

51. Muito obrigado.